

ROLF MADALENO

Advogado; lecionou de Direito de Família e Sucessões
na Graduação e na Pós-Graduação da PUC-RS.
Diretor Nacional do IBDFAM.

Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS.
www.rolfmadaleno.com.br



DIREITO DE FAMÍLIA

8.^a edição

revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- 1ª edição – 2008 / 8ª edição – 2018

- Fechamento desta edição: 01.03.2018

- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M151d

Madaleno, Rolf

Direito de família / Rolf Madaleno. - 8. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8000-9

1. Direito de família. 2. Direito civil - Brasil. I. Título.

18-47957

CDU: 347.6(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

ÍNDICE GERAL

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2. A descodificação do Direito de Família.....	3
1.3. A organização jurídica da família.....	4
1.4. A diversidade familiar.....	5
1.4.1. A família matrimonial.....	8
1.4.2. A família informal.....	8
1.4.3. A família monoparental.....	9
1.4.4. A família anaparental.....	10
1.4.5. A família reconstituída.....	11
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	13
1.4.6. A família paralela.....	14
1.4.6.1. O olhar discordante.....	21
1.4.6.2. A união poliafetiva.....	26
1.4.7. A família natural.....	28
1.4.7.1. A família extensa ou ampliada.....	29
1.4.7.2. A família substituta.....	29
1.4.8. A família eudemonista.....	29
1.4.9. A família homoafetiva.....	30
Capítulo 2 – Noção de Família	35
2.1. Conceito de família.....	35
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado.....	36
2.3. A disseminação da família monoparental.....	37
2.4. A disseminação da família reconstituída.....	38
2.5. Noção de Direito de Família.....	39
2.6. Conteúdo do Direito de Família.....	41
2.7. Evolução do Direito de Família.....	42
2.8. A dessacralização da família.....	43
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	44
Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família	47
3.1. Direitos fundamentais.....	47
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais.....	49
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família.....	49
3.4. O princípio da igualdade.....	50
3.4.1. Igualdade e minorias.....	54
3.4.2. Igualdade e grupos vulneráveis.....	55

3.4.3.	Igualdade e isonomia constitucional.....	56
3.4.4.	Igualdade e crianças vulneráveis.....	58
3.4.5.	Igualdade e idosos vulneráveis.....	59
3.4.6.	Igualdade e mulheres vulneráveis.....	60
3.4.7.	A tutela judicial dos vulneráveis.....	61
3.4.8.	Igualdade e independência.....	61
3.4.9.	Igualdade e violência invisível.....	62
3.4.10.	Igualdade e idade.....	64
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens.....	66
3.4.12.	A experiência doutrinária e jurisprudencial.....	71
3.4.13.	O idoso e a alteração do regime de bens.....	76
3.4.14.	Vigência da Súmula n. 377 do STF.....	79
3.4.15.	O idoso e os alimentos.....	81
3.4.16.	A solidariedade alimentar do idoso.....	83
3.4.17.	O idoso como devedor de alimentos.....	86
3.4.18.	O idoso e a efetividade das decisões judiciais.....	88
3.4.19.	Efetividade e prisão do idoso por dívida alimentar.....	89
3.5.	Princípio da autonomia privada.....	92
3.6.	Princípio da liberdade.....	93
3.7.	Princípio da solidariedade familiar.....	94
3.8.	Princípio da monogamia.....	95
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável.....	97
3.8.2.	A fidelidade.....	98
3.9.	Princípio da diversidade familiar.....	99
3.10.	Princípio da afetividade.....	99
3.11.	Princípio da igualdade da filiação.....	100
3.12.	Princípio da proteção da prole.....	101
3.13.	Princípio da proteção do idoso.....	101
3.14.	Princípio da proteção do jovem.....	102
3.15.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	102
Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento.....		103
4.1.	Definição.....	103
4.2.	Da plena comunhão de vida.....	104
4.3.	Da gratuidade do casamento civil.....	106
4.4.	Casamento religioso com efeito civil.....	107
4.5.	Capacidade para o casamento.....	108
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento.....	111
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais.....	112
4.7.	Das causas suspensivas.....	117
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF.....	125
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF.....	127
4.7.3.	O efetivo prejuízo.....	128
4.7.4.	Legitimidade ativa.....	129
4.8.	A habilitação para o casamento.....	129
4.8.1.	Presunção de morte.....	132
4.8.2.	Dispensa de proclamas.....	133
4.9.	Da celebração do casamento.....	133
4.9.1.	Consentimento.....	134

4.9.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	135
4.9.3.	Casamento por procuração.....	135
4.10.	Das provas do casamento.....	137
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i>	138
4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	138
4.11.	Da invalidade do casamento.....	138
4.11.1.	Casamento inexistente.....	139
4.11.2.	Casamento nulo.....	140
4.11.3.	O casamento anulável.....	141
4.11.3.1.	Das causas de anulação.....	141
4.11.3.2.	Identidade, honra e boa fama.....	144
4.11.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento.....	146
4.11.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	147
4.11.3.5.	Ignorância de doença mental grave.....	149
4.11.3.6.	Coação.....	150
4.12.	Prazos para a anulação do casamento.....	151
4.13.	Do casamento putativo.....	152
4.13.1.	Pressupostos da putatividade.....	153
4.13.2.	Efeitos da putatividade.....	154
4.13.3.	Efeitos em relação a terceiros.....	156
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	156
4.14.1.	A tutela antecipada da separação de corpos.....	160
4.14.2.	A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	161
4.14.3.	Da cumulação dos pedidos.....	163
4.14.4.	A nova separação de corpos.....	164
4.14.5.	A conveniência na determinação da dignidade humana.....	166
4.14.6.	A separação de corpos consensual.....	167
4.14.7.	A separação de corpos para afastamento do requerente.....	169
4.14.8.	A separação de fato.....	169
Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento		171
5.1.	Da eficácia do casamento.....	171
5.2.	Isonomia e patronímico.....	173
5.3.	Planejamento familiar.....	176
5.3.1.	Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008).....	178
5.4.	Deveres dos cônjuges.....	178
5.5.	Violação dos deveres conjugais.....	180
5.6.	Dever de fidelidade recíproca.....	181
5.7.	Infidelidade virtual.....	182
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade.....	183
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	185
5.10.	Ruptura do dever de coabitação.....	186
5.11.	Dever de mútua assistência.....	187
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	188
5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	190
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial.....	192
5.15.	A direção da sociedade conjugal.....	196
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar.....	196
5.17.	Domicílio conjugal.....	197

Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal	199
6.1. Do sistema dual de dissolução.....	199
6.1.1. O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010	201
6.1.1.1. O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial.....	210
6.1.1.2. O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento.....	212
6.2. O fim da sociedade conjugal	213
6.3. Morte real e morte presumida.....	214
6.4. O retorno do ausente	215
6.5. Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento.....	217
6.6. A dissolução da sociedade conjugal	218
6.7. Da separação amigável	221
6.8. Cláusulas separatórias	223
6.9. Requisitos da separação amigável.....	226
6.10. Renúncia à meação	227
6.11. A promessa de doação.....	234
6.12. Débitos fiscais e partilha unilateral de bens	237
6.13. Da ratificação judicial.....	242
6.14. Exceção à ratificação	244
6.15. A ratificação na Lei n. 11.441/2007 e no CPC.....	245
6.16. A retratação unilateral.....	246
6.17. A separação causal.....	248
6.18. Causas genéricas.....	255
6.19. A separação litigiosa	257
6.20. Separação judicial por causas objetivas.....	257
6.21. Culpa e insuportabilidade da vida conjugal.....	261
6.22. Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial	262
6.22.1. Fidelidade recíproca.....	263
6.22.2. Coabitação no domicílio conjugal	266
6.23. Separação de corpos no divórcio.....	267
6.23.1. Separação de corpos judicial e a Lei Maria da Penha.....	268
6.23.2. Objetivo da Lei Maria da Penha.....	268
6.23.3. Das medidas protetivas de urgência.....	269
6.23.4. Da separação de corpos e a violência doméstica.....	270
6.23.5. Caducidade da medida	271
6.24. Mútua assistência	272
6.25. Sustento, guarda e educação dos filhos.....	273
6.26. Respeito e consideração mútuos	274
6.27. Insuportabilidade da comunhão de vida	275
6.27.1. Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação.....	276
6.27.1.1. O adultério	276
6.27.1.2. Tentativa de morte.....	277
6.27.1.3. Sevícia ou injúria grave	278
6.27.1.4. Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo....	278
6.27.1.5. Abandono malicioso	280
6.28. Condenação por crime infamante.....	281
6.29. Conduta desonrosa	281
6.30. As provas ilícitas no Direito de Família.....	282
6.30.1. A formação da convicção pela prova	283
6.30.2. Princípios da prova.....	284

6.30.3.	Provas típicas e atípicas.....	285
6.30.4.	Prova ilícita e prova ilegítima.....	286
6.30.5.	Provas ilícitas.....	286
6.30.6.	A utilização das provas ilícitas no Direito de Família.....	288
6.30.7.	Princípio da proporcionalidade.....	291
6.31.	Separação pela ausência de comunhão de vida.....	294
6.32.	A causa genérica.....	296
6.33.	Separação objetiva.....	297
6.34.	Ruptura da vida em comum.....	298
6.35.	Grave doença mental.....	300
6.35.1.	Reversão dos bens conjugais.....	301
6.35.2.	A reversão tão somente no regime da comunhão universal.....	302
6.35.3.	Separação promovida por cônjuge incapaz.....	303
6.36.	A separação administrativa.....	304
6.36.1.	A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC/2015.....	306
6.36.2.	Opção ou imposição.....	308
6.36.3.	Divórcio extrajudicial estando a esposa grávida, ou existindo filhos menores ou maiores e incapazes.....	309
6.36.4.	Reconciliação.....	310
6.36.5.	Audiência de ratificação.....	311
6.36.6.	Separação e divórcio por procurador.....	315
6.36.7.	Cláusulas obrigatórias.....	316
6.36.7.1.	Cláusula sobre a partilha.....	317
6.36.7.2.	Cláusula sobre alimentos.....	318
6.36.8.	Recusa na escrituração.....	319
6.36.9.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular.....	320
6.36.10.	Intervenção do Ministério Público.....	321
6.36.11.	Execução das cláusulas.....	321
6.36.12.	Desconto da pensão em folha.....	322
6.36.13.	Anulação da escritura.....	322
6.36.14.	A separação de corpos extrajudicial.....	323
6.37.	Efeitos da dissolução da sociedade conjugal.....	324
6.37.1.	Efeitos pessoais com relação aos cônjuges.....	324
6.37.2.	Retorno ao apelido de solteiro.....	325
6.37.3.	Impossibilidade de contrair novo casamento.....	325
6.37.4.	Efeitos com relação aos filhos.....	327
6.37.5.	Guarda dos filhos.....	327
6.37.6.	A guarda compartilhada.....	329
6.37.7.	Convivência com os filhos.....	331
6.38.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges.....	332
6.38.1.	Alimentos dos filhos.....	333
6.38.2.	Partilha dos bens.....	334
6.38.3.	Prazo de decadência da separação e do divórcio extrajudicial.....	336
6.38.4.	Cobrança de aluguéis.....	337
Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família.....		341
7.1.	O dano moral no Direito de Família.....	341
7.2.	O dano moral no âmbito das relações afetivas.....	343
7.3.	O Código Civil e o dano moral no Direito de Família.....	345

7.4.	Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família.....	347
7.5.	Os alimentos como forma de indenização	348
7.6.	Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral	349
7.7.	Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família.....	353
7.7.1.	A doutrina amplamente permissiva	355
7.7.2.	A doutrina restritiva do dano moral.....	356
7.7.3.	Crítica à gradação do dano moral.....	359
7.7.4.	Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família.....	360
7.8.	Críticas ao dano moral.....	365
7.9.	O reconhecimento do estado de filiação	365
7.10.	O dano moral na investigação de paternidade.....	370
7.10.1.	O dano moral na desconstituição da paternidade.....	375
7.10.2.	O dever da mãe.....	377
7.10.3.	O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho.....	380
Capítulo 8 – Divórcio		389
8.1.	O divórcio.....	389
8.2.	O divórcio direto.....	393
8.3.	O divórcio e a partilha de bens.....	396
8.4.	A representação do cônjuge incapaz no divórcio	398
8.5.	Divórcio consensual-judicial.....	398
8.6.	Divórcio litigioso-judicial	401
8.6.1.	A contestação no divórcio judicial.....	402
8.7.	O revogado divórcio por conversão da separação judicial	405
8.8.	Divórcio judicial por conversão consensual.....	408
8.9.	Divórcio judicial por conversão litigioso	409
8.10.	O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	411
8.11.	O divórcio extrajudicial por conversão	412
8.12.	A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos.....	413
8.13.	Efeitos do divórcio.....	413
8.14.	A partilha de bens.....	414
8.15.	Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial	416
8.16.	O patronímico de casado no divórcio	418
8.17.	Pluralidade de divórcios.....	422
8.18.	O divórcio no direito internacional privado.....	423
Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos		427
9.1.	Da proteção da pessoa dos filhos.....	427
9.2.	Conceito de guarda	430
9.3.	A guarda na separação de fato e no divórcio judicial	436
9.4.	Guarda compartilhada	437
9.4.1.	A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?.....	445
9.4.2.	Imposição judicial da guarda compartilhada	452
9.4.3.	Tempo de convívio equilibrado	456
9.4.4.	Plano de parentalidade	457
9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	459
9.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	461
9.5.	Direito e dever de convivência	464
9.6.	A multa no direito e dever de visitas – <i>Astreintes</i>	470

9.7.	O direito de visitas dos avós	472
9.7.1.	Um caso paradigma.....	474
9.8.	Síndrome de Alienação Parental (SAP).....	476
9.9.	Síndrome das falsas memórias.....	483
Capítulo 10 – Das Relações de Parentesco.....		485
10.1.	As relações familiares e o parentesco.....	485
10.2.	Direito Romano.....	487
10.3.	Desenlaces parentais.....	488
10.4.	Espécies de família e relações atuais.....	489
10.5.	Conceito de relações de parentesco.....	491
10.6.	Parentesco até o quarto grau.....	493
10.7.	Parentesco.....	494
10.7.1.	Contagem de graus.....	494
10.7.2.	Linhas de parentesco.....	495
10.7.3.	Tronco.....	496
10.7.4.	Parentesco por afinidade.....	496
10.7.5.	Árvore genealógica.....	497
10.8.	A multiparentalidade.....	497
Capítulo 11 – Da Filiação.....		505
11.1.	A filiação.....	505
11.2.	Filiação socioafetiva.....	507
11.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva.....	513
11.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios.....	519
11.4.1.	Os filhos e a construção do patrimônio familiar.....	524
11.4.2.	Filhos do ECA em confronto com os filhos da adoção à brasileira.....	527
11.4.3.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	528
11.4.4.	Decadência da rejeição.....	532
11.4.5.	Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais.....	536
11.4.6.	O parto anônimo.....	540
11.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos.....	543
11.6.	Da possibilidade jurídica.....	544
11.7.	O posicionamento do STJ.....	545
11.8.	Determinação da maternidade.....	547
11.9.	A presunção de paternidade.....	550
11.10.	A presunção <i>pater is est</i>	551
11.11.	A filiação por presunção na fecundação assistida.....	553
11.12.	A reprodução assistida no Código Civil.....	555
11.13.	A inseminação artificial.....	556
11.14.	A inseminação artificial homóloga.....	556
11.15.	A proteção jurídica do nascituro.....	559
11.16.	Embrões excedentários.....	559
11.17.	A inseminação artificial heteróloga.....	561
11.18.	A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV).....	563
11.18.1.	A transferência de gametas para as trompas (GIFT).....	564
11.18.2.	Transferência de zigoto para as trompas (ZIFT).....	564
11.18.3.	A mãe de substituição.....	565
11.19.	A impugnação da paternidade.....	569
11.19.1.	O perigo da sacralização do DNA.....	570

11.20.	Negativa de paternidade.....	571
11.21.	A imprescritível impugnação da paternidade	577
11.22.	Prova da filiação	579
11.23.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	580
11.24.	A prova judicial da impugnação da paternidade.....	584
11.25.	A presunção de paternidade pela recusa	587
11.25.1.	A recusa diante do Código Civil.....	588
11.25.2.	As perícias em DNA no Brasil.....	590
11.25.3.	A presunção legal no Código Civil.....	592
11.25.4.	A presunção e a perícia médica de DNA.....	594
11.25.5.	A presunção pela recusa	596
11.25.6.	A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	598
11.26.	Elisão da paternidade pelo adultério.....	602
11.27.	Reconhecimento da paternidade	604
11.28.	O reconhecimento voluntário.....	606
11.28.1.	Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade	608
11.28.2.	Reconhecimento no registro do nascimento	608
11.28.3.	Por escritura pública ou escrito particular.....	609
11.28.4.	Reconhecimento por testamento	611
11.28.5.	Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz	612
11.28.6.	Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992.....	613
11.29.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	614
11.30.	Ação anulatória de reconhecimento	614
11.31.	Reconhecimento judicial da paternidade.....	616
11.31.1.	Breve digressão histórica	617
11.31.2.	A equiparação dos filhos.....	618
11.31.3.	A investigação judicial da paternidade ou da maternidade	619
11.31.4.	Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	620
11.31.5.	Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.....	621
11.31.6.	Escritos	622
11.31.7.	Legitimidade ativa	623
11.31.8.	Legitimidade passiva	624
11.31.9.	Conteúdo da defesa do investigado.....	625
11.31.9.1.	A negativa genérica	626
11.31.9.2.	A <i>exceptio plurium concubentium</i>	627
11.31.9.3.	Impossibilidade física do congresso sexual	629
11.31.9.4.	Não coincidência das relações sexuais.....	629
11.31.10.	Meios de prova.....	629
11.31.10.1.	A prova documental	630
11.31.10.2.	A prova testemunhal.....	631
11.31.10.3.	As provas científicas	632
11.31.10.4.	Provas hematológicas.....	633
11.31.10.5.	O sistema HLA.....	633
11.31.10.6.	Perícia em DNA	634
11.31.10.6.1.	A perícia em DNA se basta?	636
11.31.11.	A recusa ao exame pericial.....	638
11.31.12.	Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	642
11.32.	Efeitos da sentença.....	644
11.32.1.	Dos alimentos na investigatória.....	644
11.33.	A coisa julgada na investigação de paternidade	647

Capítulo 12 – Da Adoção	651
12.1. Conceito de adoção.....	651
12.2. Considerações gerais.....	653
12.3. Natureza jurídica.....	654
12.4. Referências históricas.....	654
12.5. A adoção e o Código Civil.....	655
12.6. A Lei Nacional da Adoção.....	657
12.6.1. Princípio da prevalência em família.....	658
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional.....	659
12.6.3. Da família natural.....	660
12.6.4. A família extensa.....	660
12.6.5. Destituição do poder familiar.....	661
12.6.6. Colocação em família substituta.....	662
12.6.6.1. Cadastro de adoção.....	664
12.6.6.2. Direito à identidade genética.....	665
12.7. Requisitos para a adoção: idade.....	665
12.7.1. Diferença de idade.....	667
12.7.2. Adoção por casais.....	668
12.7.3. Consentimento do cônjuge.....	669
12.8. Adoção por avós.....	671
12.9. Adoção por irmãos do adotando.....	673
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando.....	674
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	675
12.12. Adoção por tutor ou curador.....	676
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i>	676
12.14. Adoção por divorciados.....	679
12.15. Adoção póstuma.....	680
12.16. Adoção por estrangeiro.....	681
12.17. Adoção de nascituro.....	685
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro.....	687
12.18. Adoção à brasileira.....	689
12.19. Adoção de embriões.....	690
12.20. A adoção por homoafetivos.....	692
12.21. Efeitos pessoais da adoção.....	698
12.21.1. Nome.....	699
12.21.2. A adoção e o poder familiar.....	699
12.21.3. Efeitos patrimoniais da adoção.....	700
12.21.3.1. Alimentos.....	700
12.21.3.2. Direito sucessório.....	701
12.21.4. Irrevogabilidade da adoção.....	701
12.22. O apadrinhamento.....	702
Capítulo 13 – Do Poder Familiar	705
13.1. Breve noção histórica.....	705
13.2. Função.....	706
13.3. Natureza jurídica.....	708
13.4. Titularidade do poder familiar.....	708
13.5. Conteúdo do poder familiar.....	711
13.5.1. A representação dos filhos.....	714

13.5.2.	Retenção indevida de filho	716
13.5.3.	Poder familiar e trabalho	716
13.5.4.	Do usufruto dos bens dos filhos	718
13.5.5.	Da administração dos bens dos filhos	719
13.6.	Extinção do poder familiar.....	722
13.7.	A suspensão do poder familiar.....	725
Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial		729
14.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica	729
14.2.	Princípios gerais	731
14.3.	Classificação dos regimes de bens.....	734
14.4.	O pacto antenupcial	737
14.5.	Alteração do regime de bens	744
14.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens	749
14.7.	A praxis da separação de fachada	752
14.7.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	753
14.7.2.	O direito adquirido e a retroatividade da alteração	760
14.8.	Do regime obrigatório da separação de bens.....	765
14.9.	Da administração dos bens e dos bens reservados.....	769
14.10.	Da reivindicação dos bens comuns.....	771
14.11.	Do regime legal de bens	772
14.11.1.	Bens de caráter próprio.....	773
14.11.2.	Bens de caráter comum.....	775
14.12.	Regime da comunhão parcial.....	775
14.12.1.	Fundos privados de pensão.....	790
14.12.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial.....	794
14.12.2.1.	A título oneroso	794
14.12.2.2.	Por fato eventual.....	796
14.12.2.3.	Doação, herança ou legado.....	798
14.12.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	798
14.12.2.4.1.	Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa	800
14.12.2.5.	Frutos civis e naturais	809
14.12.2.6.	O fundo de comércio como fruto civil.....	811
14.12.2.6.1.	A clientela dos profissionais liberais e as sociedades simples	811
14.12.2.6.2.	O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	815
14.12.2.7.	Aquisição com causa anterior.....	816
14.12.2.8.	Partilha de quotas	818
14.12.2.9.	Partilha de quotas no juízo cível e não de família.....	822
14.12.2.10.	Dívidas dos cônjuges.....	826
14.13.	Do regime de comunhão universal	828
14.13.1.	Bens excluídos da comunhão universal.....	830
14.13.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade.....	830
14.13.1.2.	Bens gravados de fideicomisso.....	831
14.13.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento	832
14.13.1.4.	Doações antenupciais.....	833
14.13.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC.....	833

14.13.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens	836
14.13.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens	840
14.14.	Do regime de participação final nos aquestos	843
14.14.1.	Na Costa Rica	846
14.14.2.	Na Alemanha	848
14.14.3.	Na França	849
14.14.4.	Na Espanha	850
14.14.5.	No Brasil	851
14.14.6.	Características do regime de participação final nos aquestos	853
14.14.7.	Aquisição onerosa	857
14.14.8.	Separação e termo inicial de partição dos aquestos	858
14.14.9.	Má administração	858
14.14.10.	Risco de fraude na divisão dos bens conjugais	859
14.14.11.	A ideia da liquidação antecipada	860
14.14.12.	Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos	860
14.14.13.	Regime de compensações	861
14.14.14.	Dívidas pessoais	862
14.14.15.	Irrenunciabilidade do direito à meação	862
14.14.16.	Regras de liquidação	862
14.14.17.	Disposição hereditária	863
14.15.	Do regime da separação de bens	863
14.16.	Mantença da família	866
14.16.1.	Compensação econômica (alimentos compensatórios)	866
14.17.	A separação obrigatória de bens	867
14.18.	A separação convencional de bens	868
14.19.	Os bens adquiridos durante a separação de fato	869
14.20.	Da fraude na partilha	872
14.20.1.	O lastro matrimonial	873
14.20.2.	A presunção de comunidade	873
14.20.3.	A separação e seu efeito na partilha	873
14.20.4.	A autonomia privada	874
14.20.5.	A fraude	875
14.20.6.	A fraude societária	876
14.20.7.	A fraude pela mudança do tipo social	878
14.20.8.	A fraude pela interposta pessoa física	881
14.20.9.	A boa-fé	881
14.20.10.	A fraude no casamento do Código Civil	884
14.20.11.	A fraude nos regimes de bens	884
14.20.12.	A fraude na união estável	885
14.20.13.	A outorga do convivente	886
14.20.14.	A indenização pela inoponibilidade	889
14.20.15.	Uma solução argentina	890
14.20.16.	A fraude pela formação de dívidas	890
14.20.17.	A prova da fraude e da simulação	892
14.20.18.	A anulação da partilha e decadência	895
14.21.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores	896
14.21.1.	Bens excluídos do usufruto	898
14.22.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar	899

Capítulo 15 – Dos Alimentos	905
15.1. Conceito.....	905
15.2. Espécies de alimentos.....	906
15.2.1. Quanto à sua natureza.....	907
15.2.2. Quanto à causa jurídica.....	910
15.2.3. Quanto à finalidade.....	912
15.2.3.1. Alimentos provisórios.....	912
15.2.3.2. Alimentos em tutela provisória.....	914
15.2.3.3. Alimentos da tutela antecipada.....	915
15.2.3.4. A fungibilidade do parágrafo único do artigo 305 do CPC de 2015.....	916
15.2.3.5. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	917
15.2.3.6. Tempo de duração da tutela antecipada.....	918
15.2.3.7. Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar.....	919
15.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados.....	920
15.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros.....	920
15.3. Características da obrigação alimentar.....	922
15.3.1. Direito personalíssimo.....	922
15.3.2. Transmissibilidade.....	923
15.3.3. Divisibilidade.....	928
15.3.3.1. Litisconsórcio na ação de alimentos.....	929
15.3.3.2. Da solidariedade nos alimentos do idoso.....	933
15.3.3.2.1. O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso.....	935
15.3.4. Condicionalidade.....	935
15.3.5. Reciprocidade.....	936
15.3.6. Alternatividade.....	937
15.3.7. Imprescritibilidade.....	938
15.3.8. Irrepetibilidade.....	940
15.3.9. Incompensabilidade.....	944
15.3.10. Irrenunciabilidade.....	948
15.3.10.1. A validade histórica da renúncia alimentar.....	949
15.3.10.2. Renúncia expressa.....	951
15.3.10.3. A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	952
15.3.10.4. A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	953
15.3.10.5. A irrenunciabilidade alimentar.....	953
15.3.10.6. O indevido retrocesso.....	956
15.3.10.7. A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	956
15.3.10.8. A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	957
15.3.11. Impenhorabilidade.....	958
15.4. Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	960
15.4.1. Os alimentos na família reconstituída.....	964
15.5. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	967
15.6. Os alimentos na guarda e na tutela do eca.....	969
15.7. Os alimentos do nascituro.....	969
15.7.1. Dos alimentos gravídicos.....	971
15.8. Os alimentos dos relativamente incapazes.....	973
15.9. A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	974

15.10.	O constrangimento da ação ou da execução alimentar	978
15.10.1.	O abuso do direito.....	984
15.10.2.	Falta de alimentos como violência doméstica.....	985
15.11.	Alimentos e prestação de contas.....	985
15.12.	Alimentos com a maioria civil.....	990
15.12.1.	Majoridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos.....	996
15.13.	Dever de sustento e obrigação.....	998
15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos.....	1000
15.14.1.	O protesto dos alimentos.....	1001
15.14.2.	A constituição de capital.....	1002
15.14.3.	<i>Astreintes</i>	1006
15.14.4.	O abandono material e a prisão descontínua.....	1007
15.14.5.	Perda do poder familiar.....	1008
15.14.6.	Medidas executivas atípicas.....	1009
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1010
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1012
15.16.	Dos alimentos dos avós.....	1012
15.17.	Da transmissão hereditária do dever alimentar.....	1016
15.18.	Dos alimentos dos cônjuges.....	1021
15.19.	Alimentos dos conviventes.....	1024
15.20.	Igualdade e independência econômica.....	1027
15.21.	Dos alimentos na homoafetividade.....	1030
15.22.	Rubrica alimentar.....	1031
15.22.1.	Alimentação.....	1031
15.22.2.	Habitação.....	1032
15.22.3.	Educação.....	1033
15.22.4.	Saúde.....	1034
15.22.5.	Vestuário.....	1035
15.22.6.	Lazer.....	1036
15.23.	Base de incidência dos alimentos.....	1036
15.24.	Pensão <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i>	1042
15.24.1.	Alimentos em espécie ou <i>in natura</i>	1042
15.25.	Dos alimentos transitórios.....	1045
15.25.1.	A duração dos alimentos transitórios.....	1047
15.26.	Alimentos compensatórios ou compensação econômica.....	1049
15.26.1.	A pensão alimentícia e a compensação econômica.....	1052
15.26.2.	Alimentos compensatórios e compensação econômica.....	1056
15.26.3.	Outras diferenças entre obrigação de alimentos e compensação econômica... ..	1059
15.26.4.	Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1061
15.26.5.	A duração da compensação econômica.....	1064
15.27.	A restituição dos alimentos.....	1065
15.27.1.	O abuso do direito nos alimentos.....	1065
15.27.2.	Do abuso do direito nas relações de família.....	1067
15.27.3.	Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1068
15.28.	Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1069
15.29.	Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1073
15.29.1.	Conduta irregular da ex-mulher.....	1075
15.29.2.	Comportamento indigno.....	1077

15.30. A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos	1082
15.30.1. Sua incidência processual	1084
15.30.2. A desconsideração ativa	1085
15.30.3. A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário	1086
15.31. A oferta de alimentos.....	1090
15.32. A majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática.....	1091
15.33. Cessação da obrigação de prestar alimentos.....	1094
15.34. A execução de alimentos.....	1097
15.34.1. Do cumprimento da sentença	1097
15.34.2. Aplicação de multa.....	1099
15.34.3. A defesa no cumprimento da sentença	1100
15.34.4. Sentença para ser cumprida	1100
15.34.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos	1100
15.34.6. Do procedimento expropriatório.....	1101
15.35. Da execução internacional dos alimentos.....	1102
15.36. A intributabilidade da pensão alimentícia	1104
15.36.1. A participação da mulher nas atividades econômicas.....	1105
15.36.2. A coabitação.....	1106
15.36.3. Alimentos entre cônjuges.....	1107
15.36.4. A função social da família.....	1108
15.36.5. A necessidade de uma política de proteção familiar	1110
15.36.6. O mínimo existencial	1111
15.36.7. Renda e proventos	1112
15.36.8. A tributação familiar	1113
15.36.8.1. A condição de dependente	1115
15.36.9. A capacidade colaborativa.....	1115
15.36.10. O imposto de renda sobre a pensão alimentícia	1116
15.36.11. A ausência de acréscimo patrimonial.....	1117
15.36.12. A pensão alimentícia como encargo de família	1119
15.36.13. Os alimentos e seu caráter indenizatório.....	1120
Capítulo 16 – Do Bem de Família.....	1123
16.1. Bem de família.....	1123
16.2. Conceito de bem de família.....	1124
16.3. O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1125
16.4. O bem de família do Código Civil	1127
16.4.1. Objeto do bem de família voluntário.....	1129
16.4.2. Valor do bem de família voluntário.....	1129
16.4.3. Procedimento de constituição e efeitos.....	1130
16.4.4. Das isenções.....	1131
16.5. Extinção do bem de família.....	1131
Capítulo 17 – Da União Estável.....	1133
17.1. Antecedentes históricos.....	1133
17.2. A Constituição Federal de 1988.....	1135
17.3. A Lei n. 8.971/1994.....	1138
17.4. A Lei n. 9.278/1996.....	1138
17.5. O projeto de Lei n. 2.686/1996	1139

17.6.	Origem e definição.....	1140
17.7.	A expansão das uniões livres.....	1141
17.7.1.	Motivos econômicos.....	1142
17.7.2.	Motivos sociais.....	1143
17.7.3.	Motivos legais.....	1143
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1143
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1144
17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	1144
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1144
17.8.1.	Diversidade de sexos.....	1144
17.8.1.1.	União homoafetiva.....	1145
17.8.2.	Coabitação.....	1156
17.8.3.	Prazo para constituição.....	1158
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1159
17.8.5.	Convivência pública.....	1168
17.8.6.	Continuidade.....	1170
17.8.7.	Com objetivo de constituir família.....	1170
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial.....	1174
17.9.	Conceito de união estável.....	1174
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	1176
17.10.1.	Lealdade.....	1178
17.10.2.	Respeito.....	1179
17.10.3.	Assistência.....	1180
17.10.4.	Dever imaterial.....	1183
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos.....	1183
17.10.6.	A coabitação como dever natural.....	1184
17.10.7.	O nome na união estável.....	1185
17.11.	Contrato de convivência.....	1187
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	1190
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento.....	1191
17.11.3.	Regime de bens.....	1198
17.11.4.	Conversão em casamento.....	1203
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação.....	1205
17.11.6.	Contrato de namoro.....	1207
17.12.	Concubinato e relações paralelas.....	1209
17.12.1.	O olhar discordante.....	1211
17.12.2.	O concubinato e a monogamia.....	1214
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé.....	1220
17.12.4.	O concubinato e a doação.....	1221
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária.....	1222
17.12.6.	O concubinato e a previdência social.....	1223
17.13.	Dissolução da união estável.....	1225
Capítulo 18 – Tutela	1227
18.1.	Conceito.....	1227
18.2.	Menores submetidos à tutela.....	1230
18.3.	A tutela no Direito Romano.....	1230
18.4.	A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1231
18.5.	Modalidades de tutela.....	1231
18.6.	Tutela testamentária.....	1232

18.7.	Tutela legítima.....	1234
18.8.	Tutela dativa.....	1235
18.9.	Tutela funcional.....	1236
18.10.	Exclusividade da tutela.....	1237
18.11.	Incapazes de exercer a tutela.....	1237
18.11.1.	Idoneidade.....	1237
18.12.	Designação do convivente como tutor.....	1240
18.13.	Escusa dos tutores.....	1241
18.13.1.	Mulheres casadas.....	1242
18.13.2.	Maiores de sessenta anos.....	1242
18.13.3.	Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.....	1243
18.13.4.	Enfermidade.....	1244
18.13.5.	Habitação distante.....	1244
18.13.6.	Os que já exercerem tutela ou curatela.....	1244
18.13.7.	Militares em serviço.....	1244
18.13.8.	Aos que não forem parentes do menor.....	1245
18.14.	Prazo de escusa e decisão judicial.....	1245
18.15.	Do exercício da tutela.....	1246
18.15.1.	Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado.....	1246
18.15.2.	Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	1247
18.15.3.	A administração dos bens e a tutela conjunta.....	1249
18.16.	Atribuições do tutor.....	1250
18.16.1.	Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	1252
18.17.	Vedações ao tutor.....	1253
18.18.	Garantia da tutela.....	1253
18.19.	O protutor.....	1254
18.20.	Responsabilidade do juiz.....	1255
18.21.	Remuneração do tutor.....	1256
18.22.	Responsabilidade do tutor.....	1256
18.23.	Bens do tutelado.....	1257
18.24.	Prestação de contas.....	1258
18.25.	Cessação da tutela.....	1260
18.26.	Das funções do tutor.....	1260
Capítulo 19 – Da Curatela		1261
19.1.	Da curatela.....	1261
19.2.	Conceito.....	1263
19.3.	Pessoas sujeitas à curatela.....	1265
19.4.	Curatela do nascituro.....	1268
19.5.	Velhice.....	1271
19.6.	Curatela no Direito Romano.....	1273
19.7.	Enfermidade ou deficiência mental.....	1273
19.7.1.	Intervalos lúcidos.....	1274
19.8.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	1274
19.9.	Deficientes mentais.....	1276
19.10.	Ébrios habituais.....	1276
19.11.	Os viciados em tóxicos.....	1277
19.12.	Os pródigos.....	1278
19.13.	Autocuratela.....	1280

19.14. Ação de interdição	1281
19.15. Das disposições comuns à tutela e à curatela	1284
19.16. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela	1285
19.17. Curatela conjunta.....	1288
19.18. Efeitos jurídicos da sentença de interdição	1289
19.19. Levantamento da interdição.....	1291
19.20. Cessação da curatela	1292
19.21. Da tomada de decisão apoiada.....	1292
Bibliografia	1295
Índice Alfabético-Remissivo	1333